

NEGACIONISMO CLIMÁTICO COMO DISPOSITIVO DE PODER: O DESAFIO CIVILIZATÓRIO

Liz-Rejane Issberner

INTRODUÇÃO

A intensificação da crise climática revela a insustentabilidade ecológica do modelo de desenvolvimento dominante e, simultaneamente, o esgotamento político das instituições globais em promover uma transição socioecológica compatível com a gravidade dos riscos. Apesar da robustez do consenso científico sobre as causas antropogênicas das mudanças climáticas, reiterado nos sucessivos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o conhecimento técnico-científico produzido não se converte, de maneira proporcional, em inflexões estruturais nos paradigmas econômicos nem em ação política eficaz. Essa disjunção entre produção de saber e transformação prática expressa um campo de disputa que é, antes de tudo, epistêmico e político.

O negacionismo climático não opera como simples rejeição de evidências empíricas, mas como uma racionalidade política deliberada, sustentada por arquiteturas de poder vinculadas ao capitalismo informacional e à reprodução das formas neoliberais de dominação (Boltanski; Chiapello, 1999;

Proctor; Schiebinger, 2008; Freire; Costa, 2021). Trata-se de um dispositivo discursivo voltado à deslegitimação da ciência, ao enfraquecimento de pactos regulatórios e ao bloqueio sistemático da deliberação democrática. Como alerta Morin (2011), essa dinâmica revela uma crise civilizatória: a persistência de estruturas que resistem à autocorreção, mesmo diante de sinais crescentes de colapso ecológico, social e institucional.

Esse processo se ancora em ações coordenadas por setores cuja reprodução econômica depende da continuidade da exploração de combustíveis fósseis, da expansão da fronteira agropecuária e da financeirização das relações socioambientais. Nesse sentido, o negacionismo funciona como instrumento de manutenção de privilégios e opera por meio da produção ativa da ignorância, um campo que Proctor e Schiebinger (2008) definem como agnotologia. No Brasil, esses vetores assumem características próprias, associadas à histórica vulnerabilidade da política ambiental, à centralidade do agronegócio na arena institucional e à persistência de um projeto desenvolvimentista extrativista, agora reatualizado por discursos de soberania energética e modernização tecnológica.

Ao mesmo tempo, um imaginário tecnocrático e otimista desloca o enfrentamento da crise para o plano da inovação, difundindo a crença de que soluções tecnológicas seriam capazes de reverter os efeitos do colapso sem alterar profundamente os padrões de produção, consumo e desigualdade. Essa expectativa sustenta uma política do adiamento, que posterga decisões estruturais em nome de promessas futuras.

Diante desse cenário, a comunicação científica ocupa um lugar estratégico, não apenas como instrumento de tradução técnica, mas como campo de disputa por regimes de verdade, legitimidade epistêmica e sentidos possíveis de futuro. A erosão da autoridade da ciência, catalisada por dinâmicas de pós-verdade (Jasanoff; Simett, 2017), algoritmos de desinformação e captura ideológica da linguagem científica por interesses corporativos e fundamentalistas de mercado, compromete a capacidade democrática de resposta à emergência climática. Setores ligados à indústria fóssil, ao agronegócio e ao sistema financeiro internacional, especialmente aqueles com carteiras de investimentos intensivas em carbono, mobilizam o ceticismo seletivo, a retórica da liberdade econômica e o discurso antiglobalista para deslegitimar a agenda ambiental. Essa apropriação ideológica da ciência converte seu capital simbólico em ferramenta de confusão pública e manutenção do status quo.

Este artigo propõe uma análise crítica das formas contemporâneas de obstrução climática, com ênfase nas tecnologias discursivas da desinformação, no negacionismo como dispositivo de poder e nas interseções entre economia, tecnociência e disputa epistêmica. Ao articular essas dimensões, busca-se evidenciar os obstáculos estruturais à ação climática efetiva e contribuir para o debate sobre caminhos possíveis de justiça ambiental, cognitiva e comunicacional.

A CRISE QUE OS NEGACIONISTAS CLIMÁTICOS QUEREM DISFARÇAR

A compreensão da crise climática contemporânea exige um olhar para além de seus efeitos visíveis. Ela se inscreve nas estruturas materiais, políticas e epistêmicas que sustentam a insustentabilidade sistêmica do modelo de desenvolvimento

hegemônico. A intensificação do colapso ecológico deve ser lida como expressão histórica das contradições de um regime econômico global baseado na lógica da acumulação infinita, na exploração de recursos naturais em escala industrial e na financeirização da natureza e da vida.

Entre os principais vetores desse colapso estão a exploração e a queima maciça de combustíveis fósseis, que sustentam as dinâmicas energéticas de países centrais e periféricos, a expansão da agropecuária industrial e a difusão de padrões de consumo centrados na obsolescência e na superprodução de bens não essenciais (Latouche, 2010). Esse padrão civilizatório ultrapassa reiteradamente os limites planetários, comprometendo a capacidade de regeneração dos ecossistemas e aprofundando a instabilidade climática (IPCC, 2023; Rockström *et al.*, 2009).

Os sucessivos relatórios do IPCC têm desempenhado um papel crucial ao consolidar o consenso científico sobre a origem antropogênica da crise e ao evidenciar a urgência de uma transição energética. Contudo, como argumentam Brand e Wissen (2021), tal transição precisa ser orientada por princípios de justiça, sob o risco de reproduzir as desigualdades que sustentam o regime climático vigente. Em sintonia com essa perspectiva, autores latino-americanos como Svampa (2019) e Acosta (2016) enfatizam a necessidade de uma transição ecológica pós-extrativista, que confronte as assimetrias globais, valorize os saberes dos povos historicamente subordinados e incorpore os direitos da natureza como horizonte político.

A análise das emissões globais revela a centralidade do Norte Global na crise: China, Estados Unidos e União Europeia lideram os volumes totais, com destaque para os setores de

energia e transporte. No Brasil, contudo, o perfil é contrastante: cerca de 74% das emissões estão relacionadas ao uso da terra, especialmente à agropecuária extensiva e ao desmatamento (Observatório do Clima, 2024). Essa configuração expõe disputas internas decisivas, como a hegemonia do agronegócio sobre a política ambiental e os impasses em torno da ampliação da fronteira fóssil.

A proposta de exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas é exemplar dessas contradições. Estima-se que a queima dos combustíveis extraídos na região possa liberar até 13,5 bilhões de toneladas de CO₂, volume superior às emissões acumuladas do país nos últimos cinco anos (ClimaInfo, 2025). Justificado por discursos de soberania energética e desenvolvimento nacional, esse projeto expressa a convergência entre interesses corporativos, racionalidades extrativistas e um imaginário desenvolvimentista anacrônico.

Esses elementos demonstram que a crise climática não pode ser reduzida a uma dimensão físico-química ou ambiental. Trata-se de uma crise política e epistêmica, atravessada por disputas sobre os sentidos do progresso, os marcos da verdade e os regimes de autoridade. Nos últimos anos, a noção de obstrução climática cristalizou-se como uma estrutura abrangente para compreender como os interesses poderosos impedem sistematicamente as mudanças comportamentais e de políticas necessárias para enfrentar o aquecimento global. Inicialmente articulada por Ekberg e colegas (2023), a obstrução climática abrange um espectro de táticas, desde a negação total das evidências científicas até estratégias de atraso mais insidiosas e práticas culturais enraizadas, que coletivamente sustentam o status quo dos combustíveis fósseis, apesar dos avisos claros dos cientistas. O negacionismo e a desinformação

não são ruídos acidentais, mas engrenagens funcionais de um sistema que pretende obstruir o combate às mudanças climáticas.

A ECONOMIA CONTRA O PLANETA: TRANSGRESSÃO DOS LIMITES DA TERRA E DA CIÊNCIA

A emergência climática é, em grande medida, um sintoma das contradições profundas do modelo produtivista/consumista fundado na produção ilimitada, na maximização do lucro e na exploração contínua dos recursos naturais. Embora as emissões de gases de efeito estufa, majoritariamente resultantes da queima de combustíveis fósseis, sejam amplamente reconhecidas como vetor direto da crise climática, raramente se questiona com profundidade para que se consome tanta energia. A resposta nos remete à lógica do produtivismo capitalista: boa parte da energia global não é destinada à garantia de bem-estar humano, mas à sustentação de padrões de consumo artificialmente inflacionados e de cadeias produtivas voltadas à acumulação e à obsolescência programada (Latouche, 2010; Hickel, 2020).

Como argumenta Hickel (2021), o problema não está no crescimento em si, mas na forma como ele é instrumentalizado por um modelo de desenvolvimento que expande a desigualdade, aprofunda a destruição ambiental e concentra os benefícios em uma minoria global. A economia capitalista contemporânea, baseada na promessa de crescimento contínuo e na fetichização do progresso material, ignora os limites ecológicos do planeta e sustenta uma dinâmica entrópica de expansão energética e material que compromete os próprios fundamentos da vida (Georgescu-Roegen, 1971).

Essa racionalidade produtivista é amplamente difundida no discurso político, independentemente de espectros ideológicos, e opera como dogma civilizacional. A associação entre progresso e aumento do PIB obscurece a insustentabilidade estrutural do sistema, que depende da extração intensiva de recursos, da precarização do trabalho e da externalização dos custos socioambientais. Como observa Naomi Klein (2015), a crise climática não é apenas um efeito colateral do capitalismo, ela é sua consequência lógica.

A indústria fóssil constitui o núcleo mais emblemático dessa engrenagem. Documentos internos de grandes petrolíferas, como ExxonMobil, demonstram que já nas décadas de 1970 e 1980 havia plena consciência dos efeitos climáticos da queima de combustíveis fósseis. Ainda assim, essas empresas escolheram deliberadamente desinformar o público e financiar o negacionismo científico para proteger seus interesses (Franta, 2021; Oreskes; Conway, 2010).

Nos países do Sul Global, como o Brasil, esse modelo assume características coloniais e neocoloniais. A expansão do agronegócio, da mineração e da fronteira fóssil é promovida em nome da soberania nacional ou da competitividade econômica, mas gera desmatamento em larga escala, violências territoriais e aprofundamento das desigualdades sociais (Acosta, 2016; Kallis, 2015). O consumo, concentrado nas elites urbanas e globais, é incentivado como símbolo de sucesso, mesmo quando destrói os sistemas socioecológicos que o sustentam, uma contradição que Illich (1976) já denunciava como o paradoxo da contraeficiência: quanto mais cresce o sistema, mais ineficiente e excludente se torna.

A cultura do hiperconsumo (Bauman, 2008), gestada desde a Revolução Industrial, encontra hoje seus próprios limites materiais. O conceito das fronteiras planetárias (Rockström *et al.*, 2009, 2015; Richardson *et al.*, 2023) revela que ao menos seis dos nove processos que garantem a estabilidade do sistema terrestre já foram transgredidos, incluindo o clima, a biodiversidade, o uso da terra e os ciclos biogeoquímicos. A continuidade dessa trajetória coloca em risco a habitabilidade da Terra e aprofunda as ameaças sociais, geopolíticas e sanitárias em escala global.

A superação dessa lógica não passa por ajustes marginais ou pela mera “sustentabilização” do crescimento. É necessário um reposicionamento radical dos valores que orientam as economias e sociedades. Como defende Nogué (2020), redefinir o desenvolvimento significa colocá-lo a serviço da suficiência, da equidade intergeracional e da justiça ecológica e não da acumulação ilimitada. Isso implica romper com a racionalidade que transforma a vida, humana e não humana, em externalidade descartável.

TECNO-OTIMISMO E A NEGAÇÃO POLÍTICA DA CRISE

O tecno-otimismo sustenta a crença de que as tecnologias serão capazes de solucionar a crise climática sem exigir mudanças estruturais nos modos de vida, consumo e produção. Essa lógica assume que, independentemente da gravidade dos problemas, haverá sempre uma solução técnica disponível — uma fé criticada já por Mumford (1934) como perigosa e ilusória.

Essa crença se manifesta em propostas como a geoengenharia, que promete reverter os efeitos do aquecimento

global por meio de intervenções tecnológicas, como a injeção de aerossóis estratosféricos. Embora envoltas em linguagem científica, tais soluções frequentemente ignoram os riscos sociais, políticos e éticos, e são impulsionadas por interesses corporativos.

Críticos dessa mentalidade, como os autores Huesemann e Huesemann argumentam que a tecnologia moderna, longe de promover sustentabilidade, perpetua um ciclo de degradação ambiental ao tentar corrigir os efeitos colaterais de inovações anteriores, sem enfrentar as causas estruturais do colapso. Hulme (2014) reforça essas críticas, ao afirmar que propostas como o “termostato planetário” reduzem a complexidade climática a uma questão técnica, desviando o debate das soluções políticas e democráticas.

Mesmo medidas tidas como promissoras, como o plantio massivo de árvores, precisam ser vistas com cautela. O estudo de Bastin *et al.* (2019), que estimava alto potencial de sequestro de carbono via reflorestamento, foi contestado por Friedlingstein e colegas. Eles destacaram que essa proposta deve ser vista com cautela, pois as árvores não conseguem absorver carbono para sempre. Quando a floresta amadurece, essa capacidade diminui, e parte do carbono pode voltar para a atmosfera em caso de incêndios ou desmatamento. Além disso, plantar árvores em certos lugares pode escurecer o solo e fazer com que ele absorva mais calor do sol, aumentando o aquecimento.

Em suma, como alertam Veiga e Issberner (2012), a inovações tecnológicas são uma condição necessária, mas não suficiente, para o enfrentamento da crise climática. Apostar exclusivamente na tecnologia para resolver a crise climática equivale a evitar mudanças estruturais e a perpetuar a ilusão de

que é possível sustentar o modelo atual sem enfrentar seus limites.

DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA COMO DISPOSITIVO DE PODER E SABOTAGEM EPISTÊMICA

A desinformação climática deve ser compreendida como uma tecnologia de poder articulada para enfraquecer a ciência enquanto infraestrutura pública de orientação coletiva. Trata-se de um modo organizado de produção de ignorância voltado à manutenção das estruturas de acumulação e dominação ameaçadas por uma transição socioecológica efetiva (Proctor; Schiebinger, 2008; Miguel, 2022).

Essa sabotagem epistêmica se desenvolve em múltiplas escalas: na criação deliberada de incertezas, na fabricação de falsas controvérsias, na instrumentalização do pluralismo para relativizar consensos científicos e na captura da linguagem ambiental por interesses corporativos. O objetivo não é apenas obstruir decisões políticas, mas desarticular as condições simbólicas, cognitivas e institucionais que poderiam viabilizar mudanças de rumo.

Segundo o International Panel on the Information Environment (IPIE, 2025), o negacionismo clássico vem sendo substituído por estratégias mais sofisticadas de desinformação, como o ceticismo seletivo, a banalização das soluções e a criação de zonas de ambiguidade discursiva que simulam equilíbrio entre ciência e opinião. Tais práticas sustentam uma infraestrutura da dúvida que opera como amortecedor da ação coletiva, desmobilizando a urgência climática.

O funcionamento dessa infraestrutura da dúvida envolve redes complexas de financiamento, produção de conteúdo e ocupação de espaços midiáticos. Entre os instrumentos mais recorrentes, destacam-se:

- A proliferação de conteúdos pseudocientíficos em plataformas digitais controladas por *think tanks* como o Heartland Institute, que há décadas atua para deslegitimar o IPCC e promover narrativas pró-fóssil.
- O financiamento de centros de pesquisa e campanhas políticas que sustentam “controvérsias fabricadas”, replicando a tática histórica da indústria do tabaco de retardar regulações com base na alegação de incerteza científica (Franta, 2021).
- A atuação direta de *lobbies* corporativos, que entre 2016 e 2022 investiram mais de US\$ 1 bilhão em estratégias de influência para moldar legislações climáticas, bloquear avanços regulatórios e capturar o debate público (Influence Map, 2022).

Além dessas formas explícitas, surgem mecanismos mais sutis de desinformação, que operam por meio de estratégias discursivas sofisticadas:

- Propagandas enganosas que selecionam dados fora de contexto para atenuar responsabilidades ou superestimar soluções tecnológicas pontuais.
- Matérias patrocinadas veiculadas como jornalismo neutro, que reforçam posições empresariais sob a aparência de análise técnica.

- Campanhas massivas de *greenwashing*¹⁰, que mobilizam símbolos da sustentabilidade para encobrir práticas poluentes e simular responsabilidade ambiental sem mudanças estruturais (Corradi, 2024; Morgera, 2025).

O *greenwashing*, em particular, é um vetor privilegiado da desinformação climática. Ele transforma a linguagem da sustentabilidade em fachada legitimadora, neutralizando o potencial político da crítica ambiental e dificultando tanto a mobilização social quanto a formulação de políticas públicas robustas. Como alerta Corradi (2024), essa desinformação institucionalizada corrói a confiança pública e deslegitima iniciativas autênticas, inviabilizando pactos sociais orientados pela justiça climática.

Mais do que uma disputa de narrativas, a desinformação configura um campo de batalha semântico e institucional em que se joga o futuro das políticas climáticas. Sua ação não é apenas discursiva, mas estrutural: desorganiza o vínculo entre conhecimento e ação coletiva, bloqueia processos democráticos de deliberação e sustenta a arquitetura de um sistema em crise que resiste à sua própria transformação.

¹⁰ *Greenwashing* é a prática por meio da qual empresas, instituições ou governos simulam compromisso ambiental ou sustentabilidade em seus discursos, estratégias de *marketing* e políticas públicas, com o objetivo de construir uma imagem positiva diante do público, ao mesmo tempo em que mantêm práticas ambientalmente prejudiciais. Trata-se de uma forma de desinformação institucionalizada que visa mascarar a ausência de mudanças estruturais reais (nota do editor).

OBSTÁCULOS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E DISPUTA DE SENTIDOS

A crise climática não é apenas científica ou ambiental, ela impõe desafios profundos à maneira como o conhecimento é produzido, legitimado e compartilhado. A comunicação científica, nesse cenário, é atravessada por disputas epistemológicas, desigualdades no acesso à informação e dinâmicas de poder que influenciam o próprio sentido do que é considerado verdade.

Beck (2010) destaca que os riscos só se tornam politicamente relevantes quando são visibilizados e interpretados publicamente. No entanto, a mídia subordinada à lógica de mercado fragiliza essa mediação democrática, dificultando o debate crítico e a responsabilização pelos impactos socioambientais.

Latour (2020) propõe que comunicar o clima é mais do que divulgar dados — é reconfigurar o vínculo humano com a Terra, reconhecendo que a ciência está inserida em disputas políticas e ontológicas. Isso implica abandonar a neutralidade aparente da comunicação científica e assumir seu papel na disputa por futuros possíveis (Brianezi, 2024).

A desinformação climática, financiada por interesses corporativos e disseminada em mídias digitais e tradicionais, não apenas distorce fatos: compromete a confiança pública, desorganiza a compreensão coletiva e enfraquece a capacidade de reação da sociedade. A comunicação, assim, torna-se simultaneamente alvo e instrumento das estratégias negacionistas.

Como observa Loose e colegas (2024), romper com a colonialidade epistêmica é essencial. Isso requer a valorização de saberes locais, experiências comunitárias e formas plurais de interpretar a crise — superando a exclusão de vozes historicamente marginalizadas.

A ausência de formação crítica e de políticas educacionais voltadas à sustentabilidade (Duarte *et al.*, 2024; Pereira *et al.*, 2025) intensifica a vulnerabilidade da população à manipulação discursiva e à paralisia cognitiva.

Portanto, em tempos de emergência climática, a comunicação científica deve ser compreendida como uma dimensão política estratégica, fundamental para ampliar a imaginação pública e tensionar os modelos de desenvolvimento que ameaçam a habitabilidade do planeta.

O MAL-ESTAR NA CIBERCULTURA¹¹

O ambiente digital contemporâneo, marcado pelas dinâmicas da cibercultura, tem favorecido o avanço de movimentos anticiência, teorias da conspiração e polarizações extremas. Nesse cenário, predomina a lógica da pós-verdade, caracterizada, segundo Santaella (2018), pelo uso estratégico da mentira e pelo descrédito das verdades compartilhadas como fundamento da racionalidade pública.

No campo climático, essa lógica resulta na erosão da autoridade científica e na substituição da argumentação baseada em evidências por posicionamentos subjetivos, crenças pessoais e afetos politizados. Sob abordagens distintas, Lucas *et*

8 - O título dessa seção se inspirou em Alcântara *et al.* (2021).

al. (2020), com foco na literacia digital crítica, e Keyes (2018), a partir de uma análise cultural da pós-verdade, convergem ao apontar a desinformação digital como estratégia sistemática de corrosão da credibilidade científica e de desorganização cognitiva da esfera pública. Soma-se a isso o mal-estar civilizacional descrito por Freud (2011): sentimentos de insegurança e de impotência dão lugar ao irracionalismo e à rejeição da ciência. As experiências subjetivas passam a ter mais peso do que o consenso científico, como o produzido pelo IPCC.

Narrativas conspiratórias ganham força no campo ambiental, apresentando o discurso sustentável como ameaça à liberdade econômica. Como alerta Diniz Alves (2012), setores ligados ao fundamentalismo de mercado promovem esse enquadramento para bloquear transformações estruturais. Outro aspecto é a instrumentalização ideológica da ciência, que mobiliza ceticismo seletivo e ressentimento social para desacreditar a agenda climática. Isso se manifesta no que Medeiros e colegas (2024) denominam de "publicidade tóxica": uma narrativa que deslegitima a urgência ambiental e silencia alternativas.

Em conjunto, a lógica da pós-verdade, o fundamentalismo de mercado e a fragilidade dos sistemas comunicacionais conformam um ambiente cognitivo hostil à ciência climática, que não apenas mina a legitimidade do conhecimento estabelecido, mas também bloqueia sua tradução em ação pública, contribuindo para a perpetuação da crise ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência climática representa não apenas uma crise ambiental, mas uma crise de projeto civilizacional, marcada pela ruptura entre conhecimento, ação e imaginação social. Discutimos aqui como a manutenção do modelo produtivista/consumista, centrado na acumulação e na negação dos limites planetários, contribui para um colapso sistêmico em múltiplas frentes: ecológica, política, cognitiva e simbólica.

A produção social da ignorância opera como dispositivo estratégico na sustentação do status quo, articulando desinformação, captura institucional e deslegitimação da ciência. O negacionismo climático, longe de ser uma anomalia, revela-se como ferramenta discursiva que mobiliza afetos, ideologias e interesses econômicos para bloquear a transição socioecológica.

A comunicação científica, em sua precariedade estrutural, soma-se à fragilidade da esfera pública e à ausência de competências críticas, criando um ambiente saturado por ruídos, pós-verdade e descrença. Nesse cenário, o tecnopessimismo funciona como ilusão redentora, encobrindo os custos civilizatórios da lógica de crescimento e prometendo soluções mágicas para problemas sistêmicos.

Mas o diagnóstico vai além: diante de tudo que se analisou, vivemos sem um Estado capaz de fazer frente aos interesses corporativos, sem uma ciência que alcance a sociedade com eficácia, e sem uma população suficientemente formada para decifrar o mundo à sua volta. A crise climática se entrelaça a uma crise de valores, em que o senso de cidadania é eclipsado pela polarização emocional, pela estetização da

opinião e pela transformação da sociedade em uma plateia digital, conectada por algoritmos, porém desarticulada de um projeto coletivo.

A transição climática não será possível sem confrontar esses dilemas. Como propõe Morin (2011), é preciso uma metamorfose no modo de conhecer, de pensar e de viver, uma reorganização do entendimento humano que reconecte indivíduo, sociedade e espécie. Isso implica repensar a ciência, a educação, a comunicação e o próprio papel do Estado.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. “Las dependencias del extractivismo – Aporte para un debate incompleto.” *Aktuel Marx*, n. 20, 2016, pp. 37–51.

ALCÂNTARA, S., *et al.* Notas sobre o mal-estar na cibercultura em tempos de hiperaceleração digital. *Revista Tempo Psicanalítico*, v. 53, n.1, pp. 221–248, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.71101/rtp.53.503>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BASTIN, J-F. *et al.* The global tree restoration potential. **Science**, v. 365, n. 6448, p. 76–79, 2019. Disponível em:

<https://www.science.org/doi/10.1126/science.aax0848>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. Editora 34, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAND, U.; WISSEN, M. *The Imperial Mode of Living: Everyday Life and the Ecological Crisis of Capitalism*. Londres: Verso, 2021.

BRIANEZI, T. Os desafios de comunicação pública das ciências na mutação climática. *MATRIZES*, v. 18, n.2, pp. 169–191, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i2p169-191>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CLIMAINFO. “Agrossuicídio”: agronegócio colhe o caos climático que ajudou a plantar. *ClimaInfo*, 2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/02/15/agrossuicidio-agronegocio-colhe-o-caos-climatico-que-ajudou-a-plantar/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CLIMAINFO. Exploração de petróleo na Foz do Amazonas deve gerar impacto negativo estrondoso no clima. *Deutsche Welle*, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/07/09/exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-deve-gerar-impacto-negativo-estrondoso-no-clima.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CORRADI, L. *O marketing verde como estratégia de desinformação: greenwashing e reputação empresarial*. São Paulo: Edições Unisinos, 2024.

DINIZ, J. E. A. Crescimento econômico vs. sustentabilidade ecológica. *Revista Eco21*, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.eco21.com.br/artigos/crescimento-economico-vs-sustentabilidade-ecologica/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DUARTE, A.; TORRES, M.; SILVA, J. Educação para sustentabilidade: competências críticas em tempos de colapso ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 54–73, 2024.

EKBERG, K. *et al.* *Climate Obstruction: How Denial, Delay and Inaction Are Heating the Planet*. Abingdon and New York: Routledge, 2023.

FRANTA, B. Weaponizing doubt: how fossil fuel interests influenced climate science in the US. *Environmental Politics*, v. 30, n. 3, p. 1–20, 2021.

FREIRE, R.; COSTA, D. M. Comunicação institucional e redes: o papel da escuta no enfrentamento à desinformação. *Revista Estudos de Comunicação*, Braga, v. 34, n. 1, p. 45–63, 2021. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/comunicacao/article/view/1283>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FRIEDLINGSTEIN, P. *et al.* Comment on “The global tree restoration potential”. *Science*, v. 366, p. 6459, 2019. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aay7976>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

HUESEMANN, M.; HUESEMANN, J. *Techno-Fix: why technology won't save us or the environment*. Gabriola Island: New Society Publishers, 2011.

HULME, M. *Can science fix climate change? A case against climate engineering*. Cambridge: Polity Press, 2014.

ILLICH, I. *Ferramentas para a convivência*. Lisboa: Europa-América, 1976.

INFLUENCEMAP. *Corporate Carbon Policy Footprint – the 50 Most Influential*. Londres: Influence Map, 2019. Disponível em: <https://influencemap.org/report/Corporate-Climate-Policy-Footprint-2019-the-50-Most-Influential-7d09a06d9c4e602a3d2f5c1ae13301b8>. Acesso em: 7 jun. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Sixth Assessment Report*. 2024. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INTERNATIONAL PANEL ON THE INFORMATION ENVIRONMENT (IPIE). *Facts, fakes, and climate science recommendations for improving information integrity about climate issues*, 2025. Disponível em: <https://www.ipie.info/research/sfp2025-2>. Acesso em: 26 nov. 2025.

JASANOFF, S.; SIMMET, H. No funeral bells: Public reason in a ‘post-truth’ age. *Social Studies of Science*, London, v. 47, n. 5, p. 751–770, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306312717731936>. Acesso em: 26 nov. 2025.

KALLIS, G. *In defense of degrowth*. Vancouver: UBC Press, 2015.

KEYES, R. *The Post Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life*. New York: St. Martin’s Press, 2004.

LATOUCHE, S. *A sociedade do decrescimento*. São Paulo: Vozes, 2010.

LÉNA, P.; ISSBERNER, L-R. Anthropocene in Brazil: na inquiry into development obsession and policy limits. In: ISSBERNER, L-R.; LÉNA, P. (Eds). *Brazil in the Anthropocene: conflicts between predatory development and environmental policies*. London and New York: Routledge, 2016.

LOOSE, E. B.; BORGES, L.; WENDT, R. *Jornalismos e crise climática*. Porto Alegre: Faccat, 2024.

LUCAS, D. C.; VIANNA, L. O.; MENDONÇA, M. T.C.. A literacia digital frente ao discurso anticiência e às fake news. *Revista UFG*, v. 20, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/65947>. Acesso em: 26 de nov. 2025.

MEDEIROS, P. *et al.* Greenwashing e desinformação: a publicidade tóxica do agronegócio brasileiro nas redes. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 45, 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).4088](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).4088). Acesso em: 26 de nov. 2025.

MIGUEL J. C. H. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 1–25, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237010013>. Acesso em: 26 de nov. 2025.

MORGERA, E. Corporate greenwashing and international climate law. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, v. 34, n. 1, p. 1–16, 2025.

MORIN, E. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MUMFORD, L. *Technics and civilization*. New York: Harcourt Brace, 1934.

NOGUÉ, J. *Geografia e poder*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil: 1970–2023*. São Paulo: SEEG/OC, 2024. Disponível em: SEEG 2024. Acesso em: 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp->

content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. *Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. New York: Bloomsbury Press, 2010.

PEREIRA, B.; LOBO, P.; SILVA, R. Educação midiática e cidadania climática: competências críticas para o século XXI. *Revista Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 99–120, 2025.

Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18659>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PROCTOR, R.; SCHIEBINGER, L. *Agnotology: The making and unmaking of ignorance*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2008.

RICHARDSON, K. *et al.* Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*, v. 9, n. 37, p. eadh2458, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W. *et al.* Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, p. 32, 2009. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/download/18.8615c78125078c8d3380002197/1459560331662/ES-2009-3180.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018.

SVAMPA, M. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: CALAS, 2019.

VEIGA, J. E. E; ISSBERNER, L-R. Decrescer crescendo. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.) *Enfrentando os limites do crescimento*:

Prosperidade, decrescimento, sustentabilidade, Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Como citar o capítulo:

ISSBERNER, Liz-Rejane. Negacionismo climático como dispositivo de poder: o desafio civilizatório. *In*: LOPES, Bianca; BORGES, Juliano. (org.). **Integridade da informação**: desafios para a reconstrução do debate público digital. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132277.cap5>